



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

ANEXO I - JUSTIFICATIVAS

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do serviço a ser contratado, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP: O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar foram aprovados por ato da autoridade competente.

Justificativas:

Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade:

O expressivo crescimento da alocação de recursos à Codevasf (Emendas Parlamentares/RPs, TED's e Convênios), inclusive no estado Pernambuco, resultou no excepcional incremento temporário do volume de serviços. Adicionalmente, foi promulgada a Lei nº 14.770/2023, que permitiu a utilização do aproveitamento de empenhos não utilizados (Restos a Pagar - RAPs), devendo-se manter o mesmo objeto inicialmente licitado e ser priorizada a continuidade da execução do objeto programado na respectiva ordem de serviço ou ordem de fornecimento. A Resolução nº 530 de 2024 da Diretoria Executiva da Codevasf regulamentou, com base no parecer jurídico nº 342/2024-PR/AJ, peça 03, do processo 59500.002016/2024-44, a aplicabilidade desta lei no âmbito da Codevasf, onde se encontra os detalhes para aproveitamento dos empenhos. Como principal consequência, temos uma substancial ampliação em rotinas administrativas. A área de atuação da Codevasf também sofreu considerável expansão, por iniciativa do Congresso Nacional, com a aprovação de leis que alteraram a Lei 6.088/74 – Lei de Criação da Codevasf, passando a Companhia a atuar em aproximadamente 37% do Território Nacional.

Estas ampliações também impactaram na atuação da Estatal dentro do estado de Pernambuco que, desde 2020, passou a atender todos os 185 municípios do estado – correspondente a uma área total de 98.067,880 Km² (IBGE, 2020) e uma população de 9.058.155 habitantes (IBGE, Censo 2022).

O quadro de servidores desta instituição, além de não acompanhar a dimensão de tais eventos, ainda diminuiu, em mais de 20 servidores, considerando-se aposentadorias, falecimentos, e, principalmente, a transferência de servidores para a 15ª Superintendência Regional, criada em 2023, deflagrando a necessidade desta contratação, objetivando o suporte para o alcance das metas finalísticas da empresa. Assim, a solução apresentada torna-se a mais adequada para o atendimento do binômio demanda extraordinária x redução do quadro de servidores.

Do procedimento de pesquisa de preços realizado e dos critérios adotados para a seleção dos orçamentos formadores do valor estimado:

Utilizaram-se para formação do preço referencial dos salários os preços existentes em vigência no atual contrato de apoio administrativo da 3ª SR da Codevasf, baseados na tabela salarial de referência da Codevasf, e nas cláusulas sociais atreladas à Convenção Coletiva de Trabalho SEAC-SIEMACO da categoria (CCT 2024/2024), registrada no MTE sob nº PE000123/2024, de 20/02/2024.

Dos requisitos de aceitação e pontuação das propostas:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

A contratação dos serviços para apoio administrativo na gestão de projetos, obras, contratos e convênios na área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, no estado de Pernambuco, permitirá o suporte às atividades administrativas em diferentes níveis de complexidade, viabilizando um melhor e mais rápido gerenciamento dos serviços prestados, minimizando os riscos de eventuais prejuízos à Administração e/ou de comprometimento da qualidade dessas atividades, garantindo o alcance das metas institucionais finalísticas. Destinam-se à realização de atividades administrativas, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem a área de competência legal do Órgão, conforme dispõe o Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018, necessários ao bom funcionamento da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba e não inerentes às atribuições de cargos de seu quadro de servidores. Será licitado em um único item, não se aplicando divisão em grupos ou parcelas, já que a divisibilidade do objeto é inviável tecnicamente, administrativamente e economicamente, podendo haver perda de escala, maior dificuldade de gestão, dentre outros.

Quanto à pontuação das propostas, não se aplica, pois essa situação somente é aplicável a licitações que utilizam o critério de julgamento Técnica e Preço, que não é o caso.

Das exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações:

A Qualificação Técnica exigida permite comprovar que a contratada tem experiência mínima com o objeto licitado, tanto em relação ao quantitativo/financeiro contratual quanto à duração do objeto, à organização necessária para bem administrá-lo, estando os quantitativos aqui solicitados em acordo com os referenciais padronizados pela Codevasf, e também de acordo com o Acórdão 1052/2012 - TCU-Plenário.

Da exigência ou não de apresentação de capital social mínimo:

Nos termos do Art. 69, § 4º, da Lei 14.133/21, dado o valor da contratação, foi decidido considerar o valor de 10% (dez por cento) do capital social como critério para reduzir a possibilidade de restrição de concorrência. Essa medida visa promover a participação de um maior número de empresas no processo licitatório, garantindo assim uma competição mais ampla e transparente. Ao limitar a exigência de capital social a 10% (dez por cento), pretende-se evitar a exclusão de potenciais fornecedores que possuam capacidade técnica e financeira para atender às necessidades do órgão público.

Da não previsão de requisitos exigidos com vistas à sustentabilidade socioambiental da contratação:

Os requisitos exigidos com vistas à sustentabilidade socioambiental da contratação podem ser observados no item 25 dos Termos de Referência.

Dos critérios de repactuação de preços:

Ver item 18 do TR.

Da necessidade da contratação:

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), empresa pública vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), promove o desenvolvimento e a revitalização de suas bacias hidrográficas com a utilização sustentável dos recursos naturais e estruturação de atividades produtivas à inclusão econômica e social, objetivando a redução da desigualdade e induzindo o desenvolvimento regional sustentável.

A área de atuação da Codevasf sofreu considerável expansão por iniciativa do Congresso Nacional, com a aprovação de leis que alteraram a Lei 6.088/74 – Lei de Criação da Codevasf, passando a Companhia a atuar em aproximadamente 37% do Território Nacional.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

Estas ampliações também impactaram na atuação da Estatal dentro do estado de Pernambuco que, desde 2020, passou a atender todos os 185 municípios do estado – correspondente a uma área total de 98.067,880 Km² (IBGE, 2020) e uma população de 9.058.155 habitantes (IBGE, Censo 2022).

A Codevasf também tem vivenciado um período de expressivos acréscimos na alocação e execução de recursos orçamentários, tanto os consignados nas Leis Orçamentárias Anuais (LOAs), como Emendas Parlamentares/Resultados Primários, quanto os descentralizados por meio de Termos de Execução Descentralizada (TEDs) e de Convênios. O expressivo crescimento da alocação de recursos à Codevasf, inclusive no estado Pernambuco, resultou no excepcional incremento temporário do volume de serviços, gerado pela ampliação da área de atuação e implantação do Programa Pró Brasil - artigo 4º, inciso II do Decreto nº 9.507 de 21/09/2018. Adicionalmente, foi promulgada a Lei nº 14.770/2023, que permitiu a utilização do aproveitamento de empenhos não utilizados (Restos a Pagar - RAPs), devendo-se manter o mesmo objeto inicialmente licitado e ser priorizada a continuidade da execução do objeto programado na respectiva ordem de serviço ou ordem de fornecimento. A Resolução nº 530 de 2024 da Diretoria Executiva da Codevasf regulamentou, com base no parecer jurídico nº 342/2024-PR/AJ, peça 03, do processo 59500.002016/2024-44, a aplicabilidade desta lei no âmbito da Codevasf, onde se encontra os detalhes para aproveitamento dos empenhos. O quadro de servidores desta instituição, além de não acompanhar a dimensão de tais eventos, ainda diminuiu em mais de 20 servidores de 2022 para 2024, considerando-se aposentadorias, falecimentos, e, principalmente, a transferência de servidores para a 15ª Superintendência Regional, criada em 2023, deflagrando a necessidade desta contratação, caucionando o alcance das metas institucionais finalísticas.

Cabe destacar que a alocação orçamentária das emendas parlamentares, a partir de 2021, concentraram principalmente em duas ações: apoio à política nacional de desenvolvimento urbano, através da pavimentação de ruas, e apoio ao desenvolvimento produtivo, por intermédio de doação de máquinas e construção de estradas vicinais.

Assim, verificou-se significativa ampliação de instrumentos celebrados, e por consequência, um robusto incremento das rotinas administrativas complementares aos assuntos de competência legal da 3ª SR da Codevasf.

Desta forma, a contratação dos serviços para apoio administrativo na gestão de projetos, obras, contratos e convênios na área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, no estado de Pernambuco, permitirá o suporte às atividades administrativas, viabilizando um melhor e mais rápido gerenciamento dos serviços prestados, minimizando os riscos de eventuais prejuízos à Administração e/ou de comprometimento da qualidade dessas atividades, garantindo o alcance das metas institucionais finalísticas.

Os serviços terceirizados demandados destinam-se à realização de atividades administrativas, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem a área de competência legal do Órgão, conforme dispõe o Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018, necessários ao bom funcionamento da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba e não inerentes às atribuições de cargos de seu quadro de servidores.

Da adoção do Pregão Eletrônico:

Conforme art. 35, inciso II, § 1º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), o pregão deverá ser utilizado, de forma preferencial, para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia. Portanto, a modalidade de licitação definida para esta licitação é o Pregão Eletrônico, considerando que se trata de serviços comuns, com atividades de baixa complexidade, com especificações usuais de mercado. A finalidade é ampliar a competição, permitindo, assim, a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

Ressalta-se que a técnica envolvida na execução dos serviços objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva, conforme consta das planilhas de quantidades e preços máximos, caracterizando, portanto, o objeto licitado como serviços comuns.

O essencial para a eficácia da licitação é que o escopo dos serviços sejam bem definidos e especificados de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O Termo de Referência e demais documentos definem de forma criteriosa e objetiva o escopo dos serviços que serão contratados.

Justificativa da adoção do valor estimado público:

Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Critério de Julgamento:

Menor preço, de acordo com o Art. 67 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf, e Art. 54, inciso I da Lei nº 13.303/2016.

Dos requisitos de Qualificação Técnica:

Os profissionais discriminados que compõe o presente TR são todos do setor administrativo, variando sua formação em ensino médio completo, superior incompleto ou superior completo, com ou sem experiência profissional, a depender do cargo a ser exercido, da complexidade dos serviços a serem por eles executados.

Justificativa da vantajosidade da divisão do objeto da licitação em grupos ou parcelas:

O objeto da licitação será licitado em um único item, não se aplicando divisão em grupos ou parcelas, já que a divisibilidade do objeto é inviável tecnicamente, administrativamente e economicamente, podendo haver perda de escala, maior dificuldade de gestão, dentre outros.

Permissão para Participação de Consórcios:

Não: Por se tratar de serviços comuns, de baixa complexidade, licitação de objeto único, a logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, não sendo consequentemente pertinente a formação de consórcios com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do licitante. As empresas isoladas podem perfeitamente conseguir preencher os requisitos necessários para tal.

Permissão para Participação de Sociedades Cooperativas:

Não: Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas uma vez que as especificidades do objeto e da prestação de serviço/operações/atividades exige uma gestão operacional centralizada e não concede autonomia dos cooperados, conforme exigido pela IN MPOG 05/2017. Elucidamos ainda que não se trata de metodologia de execução de alta complexidade, não se enquadrando sob o formato de licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

cooperados e, portanto, dispensa a permissão de participação de empresas na forma de cooperativa, conforme estabelece IN 05/2017.

Permissão para Subcontratação:

Não: Não será admitida subcontratação para execução dos fornecimentos do objeto licitado, por se tratar de objeto único, indivisível, sendo o objeto a própria atividade-fim da contratada, não sendo possível, por exemplo, fracionamento dos encargos/obrigações constantes neste termo de referência.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os serviços serão fornecidos no prazo inferior a um ano, conforme consta nos Termos de Referência, e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual, sendo utilizado o Programa de Trabalho - nº 15.244.2317.00SX.0026 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – No Estado de Pernambuco, Categoria Econômica 4, sob a gestão da 3ª SR da CODEVASF.

Garantia de Execução (caução):

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução, perfazendo montante de 5% sobre o valor global contratado. Trata-se de critério da Administração exigir ou não a garantia. Conforme disposto no artigo 70, da Lei nº 13.303/2016, o percentual da garantia não poderá exceder a 5% do valor do contrato, com exceção do § 3º do mesmo artigo:

§ 2º A garantia a que se refere o caput não excederá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições nele estabelecidas, ressalvado o previsto no § 3º deste artigo.

§ 3º Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo complexidade técnica e riscos financeiros elevados, o limite de garantia previsto no § 2º poderá ser elevado para até 10% (dez por cento) do valor do contrato.

Maiores detalhaes no item 20 do TR.